

Política e Sociedade no Brasil Autoritário: a visão de Fernando Henrique Cardoso

Debate o discusión en teoría social
 GT 17- Pensamento latino-americano e teoria social
 José Antonio SPINELLI Lindozo¹
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte (BR)

RESUMO

Neste trabalho pretendemos analisar criticamente a contribuição do sociólogo Fernando Henrique Cardoso ao jornal Opinião, que circulou no país entre 1972 e 1977, e foi um dos mais importantes veículos de crítica oposicionista à ditadura militar brasileira (1964-85), congregando intelectuais e jornalistas que, de alguma maneira, estavam excluídos da academia ou da grande imprensa por sua atitude anti-regime.

Palavras-chave: Autoritarismo; Democracia; Fernando Henrique Cardoso.

INTRODUÇÃO

Ao longo de cinco anos de colaboração regular no jornal F. H. Cardoso ocupou-se persistentemente dos problemas institucionais do país. Nesta ordem de reflexões, o tema da democracia estava sempre presente, seja quando apontava o caráter não-democrático do regime em vigor - acentuando o seu contraste com o que seria uma democracia real -, seja quando propunha, concretamente, medidas para encaminhar a restauração da democracia, ou, falando mais rigorosamente, para a construção de uma verdadeira democracia moderna, inédita na história do país, a levar em conta o seu julgamento do modelo presente em nosso passado histórico, a democracia populista², considerada por ele deficiente e ultrapassada.

É preciso levar em conta que, de certa forma, Cardoso aproxima-se - pela amplitude de sua abordagem, pela capacidade de generalizar, pelo hábito de referir-se ao Brasil de uma perspectiva panorâmica - dessa linhagem de pensadores sociais (entre os quais se incluem um Gilberto Freyre, um Sérgio Buarque de Holanda e outros), que Carlos Guilherme Mota chamou “explicadores do Brasil”³. A reflexão de Cardoso, geralmente, alça vãos amplos, detendo-se em múltiplas temáticas - a nova

¹ Professor Titular de Teorias Sociológicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Docente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN (mestrado e doutorado). Membro do Grupo de Pesquisa Política, Cultura e Educação (diretório do CNPq). E-mail: spinellih@uol.com.br

²As bases reais da democracia populista haviam sido suprimidas pelo trabalho da história; não mais existiam: a) um Estado desenvolvimentista *de massas*, perseguindo o objetivo de um capitalismo nacional autônomo (Francisco de Oliveira mostra que, no segundo governo Vargas, estava em vias de se concretizar um padrão de acumulação que correspondia a tal objetivo, resultante, entre outras medidas, da nacionalização da produção de bens intermediários; V. *A economia da dependência imperfeita*, cap. 3); b) uma burguesia nacional ligada ao mercado interno, dispendo de laços débeis com o capital monopolista estrangeiro e dependendo de apoio fiscal, creditício e alfandegário do Estado; c) uma classe operária tutelada pelo Estado, com uma organização sindical de molde corporativo. Tais bases haviam sido destruídas, especialmente durante a “restauração Kubitschek” (a expressão é de F. de Oliveira) e, a seguir, nos anos do “milagre”.

³Carlos Guilherme Mota, *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*, p. 30, refere-se aos “explicadores do Brasil”, sublinhando seu vezo generalizante, a dificuldade de enquadrar sua produção num ramo específico de conhecimento e sua capacidade de introduzir, por sob a capa de um tratamento científico, certas noções ideológicas.

ordem econômica mundial, regimes autoritários na Europa e na América Latina, o novo caráter da dependência, a evolução política brasileira, sistema de partidos no Brasil etc. -, pensando o Brasil como uma sociedade moderna, industrial, de massas, a partir do lugar que lhe deve caber nesta nova ordem mundial que está se redefinindo, e equacionando o modelo político-institucional adequado para completar um processo de modernização que, no fundamental, já cumpriu as etapas econômicas necessárias.

Porém, ao contrário do que supõem determinadas correntes de pensamento⁴, contra as quais Cardoso polemiza, a dependência não gera necessariamente estagnação econômica ou imobilismo social; ao contrário disto, tem havido um processo real de desenvolvimento⁵, embora contraditório, causando nos protagonistas e observadores um estado de perplexidade. Aliás, esse aspecto contraditório tem raízes em nossa formação histórica, vem da época colonial, combinando a recriação de formas arcaicas, como a escravidão, com a modernidade do capitalismo mercantil e industrial.

Para Cardoso, se a tecnologia, o capital financeiro e a comercialização externa são dominados pelas grandes empresas multinacionais, não deixa de haver associação entre o capital estrangeiro, o Estado e empresas locais, expansão do mercado interno nos marcos de um capitalismo dependente e mobilidade social no âmbito de uma “sociedade aberta”.

Embora a nova dependência não tenha eliminado completamente os velhos mecanismos de exploração imperialista (como a utilização de matérias-primas baratas e a venda de produtos acabados oriundos das economias centrais), introduziu novos elementos na relação entre países centrais e periféricos e criou um quadro novo. As empresas imperialistas passaram a explorar diretamente o mercado interno dos países dependentes e se associaram às empresas locais, tanto as privadas como as do próprio setor produtivo estatal.

O imperialismo, agora, está associado ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Não pode ser considerado mais um fator que entrava a industrialização ou impede o crescimento do mercado interno. Neste sentido, o nacionalismo, que ainda encontra abrigo no programa do MDB e na plataforma da esquerda, é uma ideologia de outra época. O atual quadro internacional e a forma de inserção das economias dependentes na nova ordem mundial, tornaram o nacionalismo obsoleto, inadequado, sem apoio real para se constituir em alternativa política. Tanto o Estado quanto o capital nacional se associam crescentemente ao capital estrangeiro; e a política das grandes potências é de incentivo ao esforço de desenvolvimento dos países dependentes. Óbvio que esse modelo gera novas distorções: endividamento externo, dependência financeira, tecnológica e comercial; e agrava as desigualdades internas, beneficiando mais uns setores que outros.

O fato é que a complexificação da estrutura produtiva gerada por esse estilo de desenvolvimento produziu uma diferenciação social ampla e diversificada, deu origem a uma sociedade industrial de massas, uma sociedade dinâmica, que abriga classes e grupos sociais com interesses diferenciados, contraditórios e conflituosos. Produziu-se, enfim, uma autêntica sociedade civil moderna, que não consegue fazer-se representar no Estado autoritário.

⁴Cardoso estaria se referindo aos marxistas mais ortodoxos e aos estruturalistas cepalinos. Para uma discussão das correntes “estagnacionistas”, veja-se Mantega (1984). Para uma discussão provocante sobre as relações entre o pensamento estruturalista (o furtadiano, em especial) e o pensamento econômico marxista, no Brasil, veja-se o ensaio de Francisco de Oliveira em *Novos Estudos* (1997).

⁵Cardoso considera supérflua a discussão, muito em voga entre os cientistas sociais latino-americanos, sobre a alternativa desenvolvimento/crescimento. Seguindo a análise de Marx em *O Capital*, considera que o desenvolvimento ocorre quando há acumulação de capital e diferenciação da estrutura produtiva. Neste sentido, o Brasil dos militares exhibe um processo de desenvolvimento sem precedentes em sua história.

Este, ao excluir os mecanismos de representação, torna-se incapaz de legitimar-se, uma vez que isto só pode ser obtido através da participação; no máximo extrai sua “autenticação” da manipulação ideológica do crescimento econômico, da imagem do Brasil-potência, de um nacionalismo abstrato que expressa, menos que uma ideologia nacionalista, uma ideologia de Estado, um estatismo abstrato, desprovido de capacidade mobilizatória. E apesar de os dirigentes do regime proclamarem seu compromisso com a democracia, há uma lógica interna do sistema autoritário que o faz reproduzir-se a despeito das boas intenções dos agentes, uma lógica que resulta da “força das coisas”.

Dessa forma, Cardoso diz que a economia urbano-industrial torna-se dominante, o mercado interno se expande, há mobilidade social. Enfim, uma sociedade industrial moderna, atravessada por conflitos de interesses, em que se cristaliza uma correspondente sociedade civil, que não encontra canais para fazer-se representar no Estado autoritário-corporativo.

Os críticos de esquerda, ao não compreenderem o novo caráter da dependência e o tipo de desenvolvimento que ela tinha propiciado, tornaram-se cegos ao que aparecia sob seus olhos: o modelo associado-dependente, dinamizado pelo regime, desenvolveu uma sociedade complexa, dinâmica, uma sociedade civil moderna, base material e ideológica do Estado representativo.

Além disso, as recentes mudanças na ordem política e econômica internacional tornam caducas as motivações que deram origem ao regime autoritário. Essas mudanças possibilitam a armação de outro esquema de integração econômica e de formas políticas mais abertas e adequadas a uma sociedade moderna com uma base social pluralista.

Faz uma análise da situação internacional para enquadrar o Brasil em um contexto mais amplo: realinhamento econômico, com o fim dos acordos de Bretton Woods e dos instrumentos de regulação do comércio mundial; degelo da guerra fria; questionamento da hegemonia das duas superpotências; desagregação do bloco socialista; tentativa das empresas transnacionais em se constituírem em atores políticos; fragmentação do Terceiro Mundo, em que uma parte vai constituir um “mundo dois e meio”, com alguns países do Segundo Mundo, enquanto outra parte resvala para a zona sombria de um Quarto Mundo.

Com isso, países como o Brasil redefinem suas posições face ao confronto USA/URSS; o equilíbrio interno de poder e os objetivos externos desses países não são os mesmos de quando a guerra fria tinha uma definição clara. Isso abre espaço para novas alianças em nível internacional, com possibilidades econômicas mais vantajosas para as nações periféricas.

Ao nível interno, o modelo de crescimento baseado nas exportações e no “arrocho salarial” para atrair capital estrangeiro, fez água, face às mudanças no comércio mundial e às pressões sociais internas. Cumpriu-se uma etapa do processo de acumulação, com o fim do “milagre”, e o governo procura reverter a economia, articulando novos mecanismos de acumulação, ou reorientando os antigos para outros setores, e delineando um programa de investimentos em bens de capital, siderurgia e setor energético. Isto exige uma “forte articulação entre indústria local, Estado e multinacionais”.

Tais diretrizes ganhariam corpo nas formulações do II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND⁶, que constituiu uma tentativa de aprofundar o processo de industrialização, tornando o país

⁶A estratégia do II PND consistia, nada mais, nada menos, em superar o subdesenvolvimento e reorientar o crescimento da economia, mudando a ênfase que vinha sendo dada desde os anos 50 ao setor de bens duráveis de consumo, para o setor de insumos básicos e bens de capital. Embora a equipe econômica do governo Geisel procurasse ativamente a participação do setor privado na execução do plano, a estratégia adotada privilegiava o setor produtivo estatal. Como disse Carlos Lessa, citado por Castro, o II PND “colocava no palco da industrialização brasileira, a grande empresa estatal” (Carlos Lessa, “A estratégia de desenvolvimento 1974-1976. Sonho e fracasso”, p. 96, apud Castro, p. 38). Castro complementa: “Os gigantescos investimentos, a cargo do sistema Eletrobrás, da Petrobrás, da Siderbrás, da Embratel e de outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa” (Ib. p. 38). Este último autor considera que o II PND alcançou, em grande medida, os seus objetivos econômicos, permitindo que o país superasse a crise cíclica que se aproximava,

relativamente autônomo em bens de capital e tecnologia básica. Como se sabe, os objetivos ambiciosos do II PND foram abandonados, em virtude de dificuldades relacionadas com a recessão mundial e a crise do petróleo. Foi, sem dúvida, o último ensaio da ditadura para dotar o país dos requisitos necessários à ideologia de grandeza proclamada pelos militares.

Criticando o distanciamento dos dirigentes em relação à sociedade, Cardoso aponta a necessidade de ajustar os objetivos do Estado aos da nação, a qual não é constituída apenas pelas “classes produtoras”, mas “compõe-se por um povo de trabalhadores, por uma população agrícola, por técnicos e intelectuais, por funcionários, empregados etc.”.

A sua posição é de que é possível e necessário promover a participação popular, mesmo nas condições do regime autoritário. Critica as indecisões do MDB, considerando o seu programa, em grande medida, velho e ultrapassado, apegado a um nacionalismo econômico superado e a uma defesa abstrata do Estado de direito e da democracia. Também não faz mais sentido, numa linha um pouco mais à esquerda, proclamar um antiimperialismo formal, defender a empresa nacional ou pedir o fortalecimento do Estado.

Cardoso argumenta que a agenda política da oposição deve contemplar sobretudo a questão da desigualdade social e das formas de participação popular. Ele considera importante discutir o papel das empresas estrangeiras no processo de “desenvolvimento distorcido” dos últimos dez anos, assim como estabelecer sobre elas e sobre as grandes empresas estatais um controle público efetivo, a fim de substituir a uniformidade de sua vontade pela variedade do querer dos grupos sociais.

Propõe combater as desigualdades sociais de maneira concreta: discutindo o cotidiano da população - emprego, habitação, educação, infraestrutura urbana - e procurando formas de atender a essas necessidades, sem as deformações presentes no atual estilo de desenvolvimento econômico dependente e concentrador e no atual modelo político excludente, que inibe a participação popular. É por aí que se questiona a dependência. Não para substituir o atual modelo por um capitalismo nacional autônomo utópico, que poderia fazer presentes formas políticas ainda mais autoritárias que as atuais. Sugere, assim, não a mudança radical do “modelo” econômico, mas sua revisão, a correção de suas deformações, de suas distorções, sobretudo, a correção das desigualdades sociais que ele tem gerado.

Cardoso é coerente e consistente na defesa de uma ordem política democrático-liberal. É desse ponto de vista que polemiza contra a esquerda, apontando seu utopismo, seu vanguardismo, seu isolacionismo, que se expressam na visão de uma luta quase técnica contra o Estado autoritário, propondo, contra isto, a viabilidade da participação popular.

Segundo ele, a esquerda não apreendeu o caráter contraditório do capitalismo brasileiro, em que a pobreza, a miséria, as desigualdades de renda, os desequilíbrios regionais, se combinam com a prosperidade urbano-industrial e a ânsia de consumo das massas urbanas; permaneceu aferrada a velhos mitos, como o da estagnação econômica e do imobilismo social.

A esquerda acreditou que o crescimento econômico seria freado pela miséria, pelo atraso do campo, pela marginalidade urbana. Supôs que o capitalismo brasileiro era incapaz de passar às fases mais adiantadas da industrialização e que a fragilidade da sociedade civil impediria que as massas urbanas se mobilizassem, restando a alternativa de que viessem do campo e do heroísmo isolado “dos núcleos políticos exemplares, conscientes da verdade profunda da inviabilidade do desenvolvimento”, o impulso decisivo para a transformação revolucionária da sociedade brasileira.

sustentando o crescimento da economia na década de 70. Parcialmente abandonado na gestão seguinte, do presidente João Figueiredo, o II PND deixa de cumprir, porém, a estratégia social, de promover a redistribuição de renda. Este é um inegável fundamento real para a campanha contra a “estatização” da economia desencadeada pela burguesia industrial e pela oposição liberal, já em 1974. Ao mesmo tempo, a reivindicação por democracia fica subordinada, na perspectiva da burguesia, à necessidade de “liberdade econômica”, que o regime parecia tolher.

É ainda de um ponto de vista coerentemente democrático-liberal que ele rejeita certas propostas oriundas do núcleo do poder ou de sua periferia. Como a proposta do partido único, que ele considera um passo no sentido do totalitarismo; ou da introdução do voto distrital, que para ele só vai fortalecer o regime e o poder local; ou da dissolução dos dois partidos (Arena e MDB), sem reformas mais profundas no quadro institucional, que ele considera mero expediente para escamotear as dificuldades do regime no *front* eleitoral.

Que o Estado democrático-liberal está comprometido com a manutenção da ordem econômica burguesa é algo admitido com muita relutância pelos teóricos liberais. Estes, procuram distinguir o liberalismo (político) do liberismo (econômico), identificado, este último, à defesa do *laissez-faire*. Embora esta distinção seja *analiticamente* defensável e o liberalismo político não deva ser confundido com a defesa estrita da economia de mercado, é inegável que os teóricos liberais, via de regra, estão comprometidos com a eufemística “liberdade econômica”. Para ficarmos num exemplo representativo, lembremos que Giovanni Sartori, em sua monumental *A teoria da democracia revisitada*, mesmo fazendo questão de distinguir liberalismo de liberismo, rejeitando sua identificação, dedica um considerável esforço argumentativo para demonstrar que a democracia política (liberal) só é compatível com a descentralização da propriedade econômica, ou seja, em seus termos, com a economia de mercado.

Cardoso está, neste sentido, comprometido com a economia de mercado? Ele não faz uma defesa direta da economia de mercado, mas, ao discutir os rumos da sociedade brasileira, acentua a necessidade de corrigir as distorções do “modelo”, não sua substituição, e sua única referência ao socialismo é para apontar as deficiências insuperáveis do “socialismo real”. Mesmo quando discorre, em um nível mais geral, sobre as alternativas abertas aos países mais industrializados do Terceiro Mundo (entre os quais se inclui o Brasil), em decorrência da crise do “modelo ocidental-industrializado”, sua proposta é de que se adote um modelo híbrido, absorvendo valores comunitários de velhas civilizações, preservando, contudo, a racionalidade técnica do capitalismo⁷. Apesar de suas críticas às injustiças derivadas da ação das multinacionais e do “monopólio tecnológico-financeiro das economias centrais” e de considerar irracional a lógica da “acumulação e do progresso” a qualquer custo, ele não assume, em nenhum momento, uma atitude anticapitalista.

Sua grande preocupação está relacionada ao que considera ser o divórcio entre a sociedade civil e o Estado. Este, por ser autoritário, está atravessado pelos interesses de uma parte da sociedade, aquela que detém o controle da vida econômica: o grande empresariado privado, nacional e estrangeiro, e o estamento burocrático do setor produtivo estatal, qualificado por ele, de forma polêmica, como burguesia de Estado.

Qual a consequência de tudo isto, qual o aspecto decisivo para o raciocínio de Cardoso? É que a autêntica sociedade civil (“a vida econômica, a vida privada, a ordem social”) que agora se tem, resultante, como dá a entender implicitamente, da última fase de desenvolvimento industrial, pós-Kubitschek e pós-“milagre”, choca-se com o ordenamento jurídico-institucional existente.

Estará aí, ao mesmo tempo, um paradoxo e uma contradição flagrante e fundamental: o Estado autoritário, ao promover ativamente o novo estilo de desenvolvimento dependente-associado, abriu espaço para que surgisse uma sociedade civil avançada, com novas e amplas forças sociais que questionam os limites impostos pelo próprio autoritarismo à representação de interesses. A precária ordem institucional do regime é inadequada e pouco flexível para processar as demandas de uma sociedade complexa, que abriga múltiplos e legítimos interesses.

⁷ Essa proposta soa estranha, uma vez que se afasta do tradicional enfoque da dependência, o qual apesar das críticas erige como modelo desenvolvimento “ocidental-industrializado”.

Os mecanismos de representação popular são substituídos por “um novo arranjo, não democrático, entre Estado e sociedade, pelo qual os grupos dominantes na sociedade, entre os quais em papel predominante os setores empresariais nacionais e estrangeiros, se articulam com a burocracia do Estado”. Trata-se de “anéis político-burocráticos”, que substituem os partidos “e solidarizam os interesses de grupos privados e de setores das empresas do Estado e do próprio Estado”.

As políticas decorrentes da articulação desses novos grupos de poder se apresentam como fruto “da lógica que impõe soluções técnicas”. A única crítica admitida, ainda assim marginalmente, é a da “reabertura”. Nesta medida, segundo Cardoso, não se pode cultivar ilusões de que o “sistema” possa se abrir por iniciativa própria. As tendências dominantes no Estado autoritário apontam para o burocratismo, a tecnocracia e a autocracia. O regime é fechado, altamente centralizado e os “donos da República” identificam na discórdia e na crítica, a insinuação do temível “inimigo interno”⁸.

Com isso, cria-se um “poderoso eixo de poder”, que se torna praticamente irresponsável e responde por seus atos apenas a si mesmo. A preponderância dos segmentos militares neste sistema burocrático torna o conjunto mais rígido, difundindo a crença de que a elite no poder tem uma missão a cumprir pelo bem da nação. As decisões políticas são tratadas como “segredo de Estado” e são impostas como se fossem “decorrência necessária de uma análise objetiva”.

De acordo com Cardoso o regime só admite o debate político dentro do rígido esquema do bipartidarismo, completamente inadequado à sociedade dinâmica que se consolidou nos últimos anos. Tal esquema bipartidário, imposto pelo Ato Institucional nº 2, de 1965, é uma “camisa de força” que impõe limitações e sufoca as legendas existentes, que se vêem obrigadas a abrigar inúmeras tendências político-ideológicas, induzidas a um convívio forçado, além de deixar de fora os que não se acomodam neste sistema e vão reforçar a propensão ao voto nulo e em branco.

Segundo a visão dos tecnocratas do regime, as eleições favorecem o poder local, contrariando o planejamento racional do desenvolvimento e prejudicando o bem estar do povo. Na verdade, trata-se de uma justificativa para o autoritarismo centralizador. Para Cardoso é preciso restaurar ou criar canais que permitam a explicitação dos conflitos, a representação dos interesses da sociedade civil; e estes canais são os partidos e um Estado que se legitime precisamente pela representação desses “grupos de interesses”. Para chegar a este ponto, algumas reformas prévias são necessárias. Entre estas, as primeiras e mais importantes, em sua visão, são a restauração da liberdade de informação, do *habeas corpus* e da autonomia do Judiciário. Em seguida, eleições livres e diretas, com liberdade de organização partidária, rompendo-se a “camisa de força” do bipartidarismo.

A “solidificação do autoritarismo”, no entanto, vai ser posta à prova logo adiante. A ascensão do general Ernesto Geisel à presidência da República, em março de 1974, representa a volta dos “castelistas” ao poder. Estes, se opunham à linha-dura militar⁹, que exercia o papel hegemônico desde a

⁸Na doutrina de segurança nacional (DSN) o “inimigo interno” é o correspondente nacional do “inimigo externo” (o “comunismo internacional”) da ideologia da chamada guerra fria, com a sua noção de “fronteiras ideológicas” substituindo a de fronteiras territoriais. Ou melhor, é o inimigo externo atuando através de agentes internos. Na visão dos ideólogos do regime a ideia de inimigo interno é bastante abrangente e imprecisa, para abarcar, eventualmente, todos os opositores políticos da ditadura. Segundo E. R. de Oliveira, “os adversários são vistos pelos militares como inimigos que eles devem conter e, em alguns casos, aniquilar” (obra citada, p. 36).

⁹Segundo o P^e Joseph Comblin, a linha-dura era constituída por uma minoria de oficiais que afirmava defender a ortodoxia “revolucionária” e conseguiu ocupar as instituições decisivas do aparato do Estado, em nome da segurança nacional. “É a linha da intransigência na luta anticomunista, intransigência na busca de um modelo de desenvolvimento que leve o país a um poderio econômico, e intransigência no elitismo militar”. A doutrina de segurança funciona como princípio articulador da ação da linha-dura. Em nome dessa doutrina, ela exercita “uma chantagem sistemática que lhe garante o direito de veto”. Tal “direito” lhe permite opor-se à abertura democrática, ou liberalização, invocando o caráter irreversível da “Revolução” e a necessidade de realizar seu programa ou objetivos, sem limites temporais (In: *A ideologia da segurança nacional: o poder*

edição do Ato Institucional nº 5, estendendo o seu domínio até o final do governo Médici, período durante o qual houve uma diluição da autoridade pessoal do chefe do governo em favor do “sistema”, dominado pela linha-dura, que institucionalizou a repressão, direcionando os rumos da sociedade política e mantendo sob rígido controle a sociedade civil.

Os castelistas representavam uma tendência mais próxima dos setores liberais do bloco no poder e apoiavam a institucionalização do regime, com a atenuação da repressão¹⁰ e a introdução de um limitado grau de tolerância nas relações políticas internas.

Ao assumir, Geisel prometeu institucionalizar o regime, de acordo com os proclamados ideais “democráticos” do movimento de março. Através de um processo de liberalização¹¹, ou abertura política, que ele chamou “distensão lenta, gradual e segura”, pretendia implantar gradativamente uma “democracia” adaptada às condições brasileiras, distinta da “velha” democracia liberal, uma “democracia relativa”, ou uma democracia “à brasileira”. Este processo contemplava a prévia liquidação da extrema esquerda, a contenção e o isolamento da linha-dura militar e a retomada do diálogo com setores de elite da oposição civil (hierarquia da Igreja, grande imprensa, representações de classe dos profissionais liberais etc.)¹².

Certos autores¹³ destacam que o exercício do poder pelas forças armadas havia erodido a própria unidade do aparelho militar, mostrando a determinados setores militares - em particular, a facção castelista - a necessidade de um desengajamento progressivo das funções de governo e um retorno às suas funções constitucionais tradicionais.

Como promover tal retorno sem que a importante função do aparelho militar enquanto tutor do pacto de dominação das classes dominantes e guardião da ordem capitalista fossem comprometidos? É importante ressaltar que essa função tutelar foi exercida durante todo o período republicano e que as forças armadas tinham, dela, uma consciência muito aguda. Eis o problema da distensão.

Os dirigentes do regime, que concebiam o golpe de 1964 como uma revolução destinada a salvar a democracia dos seus inimigos comuno-petebo-sindicalistas, não aceitavam que classificassem a ditadura militar como um regime não-democrático, e muito menos antidemocrático. Aceitavam

militar na América Latina, p. 160-1). Maria D’Alva Gil Kinzo diz a respeito do grupo da linha-dura: “Era composto de nacionalistas autoritários, contrários à política econômico-financeira do governo [Castelo Branco], que consideravam estar agravando a dependência estrangeira do país”. A linha-dura, além de não compartilhar das “ideias e diretrizes” do grupo de intelectuais da ESG, contestava a política “branda e legalista seguida pelo governo Castelo Branco” (In: *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB (1966-1979)*, p. 19).

¹⁰Não obstante, a repressão continuou de forma mais limitada, através da atuação autônoma do aparelho policial-militar, em desafio à autoridade do presidente; embora finalmente contida, os autores de torturas, assassinatos políticos e atentados a bombas nunca foram punidos. V. Gorender, (1987).

¹¹A liberalização não deve ser confundida com a democratização; esta última implica uma transformação do regime, sua superação, enquanto a primeira envolve um processo de mudanças dentro do regime. V. Luciano Martins, A “liberalização” do regime autoritário no Brasil, in Guillermo O’Donnell et. al., eds., *Transições do regime autoritário: América Latina*, São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988, p. 108-39 e Alfred Stepan, *Os militares: da abertura à Nova República*.

¹²Para as vicissitudes da política de “abertura”, V. Bernardo Kucinski, *Abertura, a história de uma crise*, São Paulo, Brasil Debates, 1982; Alfred Stepan, *op. cit.*; Thomas Skidmore, *Brasil: de Castello a Tancredo, 1964-1985*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988; Luciano Martins, citado.

¹³Alfred Stepan, *op. cit.*, p. 41-56, sugere explicitamente que a “abertura” foi uma decisão independente da liderança militar, face à inexistência de pressões externas significativas, tanto da sociedade civil, como da sociedade política. Os líderes militares pretendiam, assim, assegurar a unidade interna da instituição, ameaçada pelo grau de independência alcançado pela comunidade de informações. Essa decisão levava em conta dois fatores importantes: a) a liquidação da oposição armada, tarefa dada por concluída; b) a distância cada vez maior entre a instituição militar e a sociedade brasileira, dominada por forças moderadas, frente à ascendência dos órgãos de segurança durante o governo Médici. A. Stepan, que realizou entrevistas com Geisel e Golbery, é, contudo, cauteloso, quando se refere à meta visada com a política de distensão: “Nenhum dos dois disse explicitamente que almejavam uma democracia sem restrições” (p. 47).

liberalizar (uma liberdade condicionada ao critério dos governantes), legalizar a estrutura do poder, reduzir a margem do arbítrio. Mas, tudo dependia de que os “inimigos da democracia” não retornassem à cena política.

O problema é que ficava difícil encontrar os inimigos da democracia numa conjuntura política em que a guerra fria entrava em franco declínio, a imagem do “comunismo internacional” era cada vez mais débil e os grupos armados internos se encontravam definitivamente derrotados. É verdade que a linha-dura era incansável em sua missão de encontrar os tais inimigos internos por toda parte. Mas, a oposição, mesmo a de esquerda, assumia cada vez mais firmemente o discurso democrático. Isso dificultava a vida da linha-dura, uma vez que a “revolução” jamais renegara, ao nível do discurso, a democracia.

A facção castelista foi persistente na condução do processo de distensão. Soube conter e isolar a linha-dura, embora sem impor punições mais severas aos seus integrantes, e resistiu com relativo êxito às pressões da sociedade civil e de segmentos da sociedade política, mantendo o ritmo lento e controlado da distensão/abertura.

Porém, não se pode dizer que as pressões da sociedade civil não tenham surtido os seus efeitos e obrigado os militares a rever os seus cálculos e a ceder em muitos pontos, quando não o queriam, embora procurassem dar a impressão ou a aparência de estarem fazendo apenas concessões. Contribuiu para isso o fato de a abertura brasileira não ter uma agenda visível, nem incluir um processo de negociação aberto com a oposição; a margem de arbítrio da “abertura” era muito grande e, no curso dela, os episódios de “endurecimento” eram freqüentes, de que é exemplo o “pacote de abril”, de 1977.

A própria eleição do candidato oposicionista Tancredo Neves, em 1985, no Colégio Eleitoral, pode ser creditada, em parte, à quebra da unidade militar num momento decisivo. O presidente João Baptista Figueiredo havia perdido, durante o ano de 1984, a liderança do aparelho militar para o ex-presidente Ernesto Geisel, e não conseguiu impor seu candidato ao outrora obediente partido do governo. Isso abriu espaço à consolidação da candidatura Tancredo Neves, um político do antigo PSD, conhecido por sua moderação e conservadorismo, embora coerente na defesa de posições democrático-liberais.

Alfred Stepan, um analista bem informado do regime militar, acredita que Neves reunia mais condições para afastar a ameaça de revanchismo - um ponto extremamente sensível para as forças armadas - contra os militares, do que o candidato do partido oficial, Paulo Maluf¹⁴. Ao lado disso, como demonstra a composição do ministério do presidente eleito (que, afinal, não viria a tomar posse), os militares asseguraram uma presença importante no aparelho governamental, conservando um poder de veto muito grande, que poderia eventualmente - e o foi - ser utilizado.

Não se pode esquecer, entretanto, que o regime militar havia recebido um ultimato definitivo da sociedade civil, em especial dos segmentos populares, na formidável campanha de massas pelas eleições diretas para a presidência da República, durante o ano de 1984¹⁵.

Toda essa digressão deve reconduzir à questão: a distensão ou abertura perseguia o objetivo da democratização? Apesar de se poder admitir, como o faz Eliézer R. de Oliveira¹⁶, que o projeto de

¹⁴ *Ib.*, p. 77.

¹⁵ O historiador Luiz Felipe de Alencastro atribui à “dinâmica presidencialista da sociedade brasileira a responsabilidade pela derrota do regime militar; este fenômeno exprime-se em pronunciamentos populares, dos quais a campanha pelas diretas teria sido o ponto culminante, produzindo “as maiores manifestações democráticas de massas jamais realizadas na América Latina”. Graças a essa dinâmica, segundo Alencastro, “o regime militar foi acuado, batido e, por fim, derrotado” (Luiz Felipe de Alencastro, “Cultura democrática e presidencialismo no Brasil”, *Novos Estudos*, 35, março 1993, CEBRAP, p. 21-30, citação p. 25).

¹⁶ Eliézer Rizzo de Oliveira, *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*, p. 32.

distensão significava uma renúncia (futura, gradual) à ditadura militar, isso não deve levar a crer que ele visasse à implantação de uma democracia. O próprio Eliézer Rizzo de Oliveira é ambíguo quanto a este ponto. Afirma que a futura democracia que, porventura, resultasse do projeto de distensão seria “restritiva”.

A “distensão” envolvia, ainda, em particular, uma maior dinamização do jogo político-partidário, dentro do esquema do bipartidarismo imposto pelo regime. Assim, tomaram-se medidas para que as eleições legislativas de 1974¹⁷ ocorressem em clima de relativa liberdade, com os dois partidos utilizando o horário gratuito no rádio e na televisão, e limitou-se o controle que os “coronéis” exerciam sobre o eleitorado rural e dos pequenos municípios, aplicando-se, com tal objetivo, a Lei Etelvino Lins¹⁸.

Talvez os estrategistas do regime não esperassem a surpreendente e significativa vitória do partido de oposição, o MDB, nas eleições para a Câmara Federal e o Senado. Apesar disso, as peculiaridades do sistema eleitoral, que limitava a representação dos estados mais populosos, garantiu que o partido do governo, a Arena, preservasse sua maioria nas duas casas legislativas. Com isso, o regime absorveu, ao menos em termos imediatos, o resultado do pleito.

Porém, o governo foi obrigado a rever seus cálculos políticos, recuando no processo de distensão e impondo, entre outras coisas, através do “pacote de abril”, o adiamento das eleições diretas para governadores que se realizariam em 1978.

Ao fim do governo Geisel (1979), no entanto, o AI-5 estava revogado e abria-se o caminho para, logo depois, ainda em 1979 (governo Figueiredo), conceder-se a anistia política e permitir-se a formação de novos partidos. Apesar disso, as reformas constitucionais então empreendidas, conservaram, no essencial, o caráter autoritário do regime, embora ele estivesse, agora, mais liberalizado e aberto à crítica, e sem apresentar os excessos repressivos que marcaram tristemente os “anos de chumbo”. A partir daí a história do regime é a do seu progressivo isolamento e perda de legitimidade, não só popular, mas também junto aos setores sociais dominantes que lhe deram respaldo. Estes últimos, sob a hábil condução de Tancredo Neves, promovem a transição para um regime civil que preserva o pacto de dominação, embora sob o fogo da pressão popular.

Como analista engajado do regime autoritário, F. H. Cardoso acompanha essas mudanças de conjuntura, procurando apontar seus aspectos significativos e sugerindo aos atores políticos as atitudes mais adequadas para realizar a transição democrática. Nesse sentido, pode-se surpreender em seu texto mudanças de tom, de ênfase e mesmo de enfoque básico. Sua percepção das marchas e contra-marchas da conjuntura apresenta um olhar ambivalente: uma leitura crítica, informada por uma análise objetiva do regime, apresentado como uma ditadura autoritária, burocrática, centralizada, fechada e incapaz de se auto-reformar; e uma outra leitura, que se expressa por uma atitude condescendente, amistosa e conciliatória para com setores dirigentes do regime.

Essa última atitude se concretiza no momento em que o processo sucessório, ainda no governo Médici, começa a ser definido, e posteriormente, quando a ascensão de Geisel e da facção castelista ao poder está decidida. Então, Cardoso parece acreditar nas intenções democratizantes do novo núcleo hegemônico, apesar dos constrangimentos impostos pelo modelo constitucional vigente, como ele próprio reconhece.

Em inúmeras passagens de artigos seus faz apelos aos dirigentes para reformarem o regime. Em “Gladiadores de marionetes” diz: “Os líderes do governo (e, mais do que eles, as Forças Armadas que

¹⁷Só havia eleições para o Executivo no âmbito dos municípios, excluídos, porém, os mais importantes: as capitais e aqueles considerados áreas de segurança nacional (além das estâncias hidrominerais).

¹⁸Esta lei determinava que a Justiça Eleitoral provesse transporte e alimentação gratuitos para o eleitorado pobre das zonas rurais.

detêm o poder) para serem ‘modernos’ têm que pelo menos deslocar o debate fácil e enganoso sobre o ‘fim do liberalismo’ e perguntar: dadas tais e tais situações de fato, como fazer para julgá-las responsabilmente? Como optar se o que aí está é bom ou mal? Por quê? Que alternativas há?”.

Como realizar a transição do “regime autoritário” para um regime democrático? Cardoso oferece à oposição os temas que devem conduzir a luta pela restauração da democracia. Mas, ao lado das indicações que faz à “oposição democrática”, ele, por vezes, parece acreditar na possibilidade de auto-reforma do regime. É o caso de se perguntar: a ditadura pode se auto-reformar ou se autodestruir? É difícil acreditar. Giovanni Sartori, que é um liberal, mas não se fia em boas intenções ou promessas, afirma-o sem deixar margem para dúvidas: “Mas como obrigar uma ditadura a cumprir uma promessa? Em particular, como obrigá-la a cumprir a promessa de se destruir a si mesma? A resposta é absolutamente simples: não há como. Uma ditadura é, por definição, um Estado sem *controle*; controla as pessoas que lhe estão submetidas sem ser controlado por elas”¹⁹.

Apesar de ressaltar que a perpetuação do regime se dá por sua própria dinâmica, F. H. Cardoso acredita nas boas intenções democratizantes dos dirigentes do regime. Haveria, então, uma dinâmica objetiva do “sistema autoritário” que se reproduz independente, ou até a despeito, dos dirigentes; e existiriam dirigentes bem intencionados, comprometidos com metas democráticas²⁰ e dispostos a conduzir mudanças nesta direção.

A “dinâmica das coisas”, porém, não poderia permitir que a ditadura se auto-reformasse. Admitamos, no entanto, que isto fosse possível. Ninguém desconhece que Geisel era ligado a uma facção militar “liberal”, consciente da precariedade de um regime que se apoiava na força para se manter. Deve-se acrescentar que nenhum regime, mesmo totalitário, se apóia *exclusivamente* na força, ou exclusivamente nas classes dominantes.

Na impossibilidade de exercer a dominação com o respaldo da hegemonia conquistada ao nível dos aparelhos ideológicos, deve recorrer a algum mecanismo ideológico, senão de legitimação, pelo menos de justificação, para conferir ao uso da força a cobertura de algum valor (ou pseudovalor) ou princípio ético.

O regime de Napoleão III criou condições para que os *negócios* da burguesia francesa prosperassem em um clima de ordem e paz social; ao mesmo tempo, embebida pela ideologia napoleônica do Primeiro Império, a massa do campesinato francês via no monarca o seu representante²¹. Também não se deve esquecer que o regime nazista, com o seu expansionismo guerreiro, promoveu ativamente os interesses da grande burguesia alemã, ao mesmo tempo em que, com sua ideia de grandeza nacional e o mito da pureza racial, empolgou a massa do povo alemão, desagregado pela crise econômica prolongada e violenta, e pela crise de legitimidade dos valores liberais e democráticos²².

Podemos agora retomar as linhas básicas do projeto democrático de Fernando Henrique Cardoso. Trata-se, em sua essência, de um projeto liberal-democrático. De todos os autores que escrevem no, ele é quem apresenta este projeto de forma mais consistente, coerente e próxima ao seu modelo clássico.

Todos os temas clássicos do constitucionalismo liberal estão presentes nas propostas que ele faz para introduzir mudanças ou reformas no “regime autoritário”: os direitos civis, a liberdade de

¹⁹Giovanni Sartori, *A teoria da democracia revisitada*, v. 2, p. 279.

²⁰Assim pensa Thomas Skidmore: “... Geisel, Golbery e os oficiais que os apoiavam agiram a partir da crença pessoal de que o Brasil devia mudar para um regime mais democrático” (in Alfred Stepan, org., *Democratizando o Brasil*, p. 70).

²¹Cf. Karl Marx, *O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte*.

²²V. a propósito do fascismo, Nicos Poulantzas, *Fascismo e ditadura*, São Paulo, Martins Fontes, 1978 e Hannah Arendt, *Origens do totalitarismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1989, esp. parte II, 5 e parte III.

informação, a divisão de poderes, o controle dos governados sobre os governantes, a constitucionalidade do Estado e o consenso dos cidadãos como base do poder, traduzindo a necessidade de uma “legalidade pactada”, de uma definição das “regras do jogo”.

BIBLIOGRAFIA

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Cultura democrática e presidencialismo no Brasil. *Novos Estudos*, 35, março 1993, CEBRAP, p. 21-30.

ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ALVES, Maria H. Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Autoritarismo e democratização*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *O modelo político brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

_____; FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

CASTRO, Antonio Barros de; SOUZA, Fcº E. Pires de. *A economia brasileira brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CHAGAS, Carlos. *A guerra das estrelas (1964/1984); os bastidores das sucessões presidenciais*. 3 ed. Porto Alegre: L & PM Editores, 1985.

CHASIN, José. Sobre o conceito de totalitarismo. *Rev. Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, p. 121-34, 1977.

COMBLIN, Pe. Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a “teoria do autoritarismo”*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FORGET, Danielle. *Conquistas e resistências do poder (1964-1984): a emergência de um discurso democrático no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- _____. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. *Oposição e autoritarismo: gênese e trajetória do MDB; 1966-1979*. São Paulo: Vértice; Ed. Revista dos Tribunais, 1988.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- MANTEGA, Guido. *A economia política brasileira*. São Paulo; Petrópolis: Polis; Vozes, 1984.
- MARTINS, Luciano. A 'liberalização' do regime autoritário no Brasil. In: O'DONNELL, G. et al. *Transições do regime autoritário: América Latina*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1988.
- MARX, Karl. *O Capital; crítica da economia política*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 6 v.
- _____. O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1956. v. 1. p. 220-315.
- _____. As lutas de classes na França de 1848 a 1850. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Ed. Vitória, 1956. v. 1. p. 104-219.
- _____. *A questão judaica*. [s.l.]: Moraes, [19..].
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira; 1933-1974*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis: Vozes, 1987.
- OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *As Forças Armadas: política e ideologia no Brasil; 1964/1969*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- _____. *De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia*. Campinas, Papyrus, 1994.
- POULANTZAS, Nicos. *As classes sociais no capitalismo de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *A crise das ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- _____. *O Estado, o poder, o socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. (Dir.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SARTORI, Giovanni. *A teoria da democracia revisitada*. v. 1 - o debate contemporâneo. São Paulo: Ática, 1994.

_____. *A teoria da democracia revisitada*. v. 2 - as questões clássicas. São Paulo: Ática, 1994.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Castelo a Tancredo*; 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

STEPAN, Alfred. *Os militares: da abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.